

**(IN)CONSTITUCIONALIDADE DA EXTRAÇÃO COMPULSÓRIA DE PERFIL GENÉTICO
NA EXECUÇÃO PENAL**

MORANDI, João Vitor Morandi
DE LIMA, Nédio Dariva Pires

Resumo

Este artigo discute a (in)constitucionalidade do artigo 9-A da Lei de Execuções Penais, que obriga a identificação genética de condenados por crimes graves. Há um debate sobre se isso viola o princípio da não autoincriminação. Alguns argumentam que é constitucional, pois ajuda a reduzir crimes e acelerar processos judiciais. Outros veem como inconstitucional, pois infringe direitos fundamentais ao forçar alguém a agir contra sua vontade. O problema surge quando há conflito entre a Lei de Execução Penal e a Constituição Federal, que só pode ser resolvido pelo Supremo Tribunal Federal. A pesquisa busca analisar a constitucionalidade da extração compulsória de perfil genético, discutir a evolução da identificação criminal e ponderar sobre a violação dos direitos fundamentais dos condenados.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Artigo 9-A. Execução Penal. Perfil Genético.

E-mail: joamorandi_@hotmail.com